

Senado Petrônio quer sociedade humanizada

JORNAL DO BRASIL

* 6 DE Z 1975

Em sessão de encerramento do ano legislativo, o líder do Governo, Senador Petrônio Portela, fez uma análise do regime brasileiro e disse que por duas vezes nestes 11 anos a Revolução tentou institucionalizar-se, fiel ao seu destino democrático.

O Senador fez um apelo para se humanizar a sociedade, integrando em seu seio todos os homens. Este o grande desafio dos que aspiram ao desenvolvimento integral, que é a meta que leva cada cidadão à fruição dos direitos humanos. Este é o objetivo do Estado e dos Governos revolucionários, ao ampararem o homem pela previdência e pela educação, oferecendo-lhe um lugar na sociedade livre dos sobressaltos do presente e do medo do futuro.

RETROSPECTO

O retrospecto das atividades legislativas, comentou o Sr Petrônio Portela, não deve ser o simples ato mais ou menos formal de fria avaliação de dados e números, mas oportunidade de meditação a que não falte a autocritica que corrige e aperfeiçoa.

— Somos uma instituição que tem contra si a pressa de um mundo em disparada pela renovação; a ignorância dos que nos desconhecem ou conhecem mal, que é a forma mais qualificada de ignorância, pois carregada do negativo — os preconceitos; o ódio dos que, fanáticos, não creem na valia do diálogo e dele prescindem e não querem a conciliação, que é o encontro de vontades divergentes mas pacificadas; o desprezo dos que, donos da verdade, já escolheram os caminhos para eles e para todos; a postura dos que ostentam enganosas fórmulas, que não abrangem e

contemplam os valores do homem; a indiferença da sociedade, perplexa e confusa, abalada pela descrença, tensa pela instabilidade, exigente pelos muitos estímulos da máquina da comunicação.

Continuando, disse que o Legislativo é Poder cuja posição entre os Poderes ilustra e define os equívocos, os descaminhos, as deturpações e os desacertos que obstem, perturbam e paralisa a vida de cada país. "Um poder que reflete a identidade ou a coesão entre o Poder e os cidadãos. Expressa os anseios do povo, o desempenho do Estado, os rumos da Nação."

— Somos um Poder que pode pelo que somos, pelo que a sociedade admite que sejamos. Suas deficiências vêm de nós e do pouco alcance que tenham nossas atribuições constitucionais. Nossa força está em nós e na lei de onde emana nossa autoridade.

Segundo o líder do Governo, os políticos se valorizam honrando a lei e dignificando a instituição que deve ser a expressão mais fiel das forças atuantes da Nação. "Constituímos um Poder símbolo da vida democrática. Se humilhados, a nota negativa nos transcende. Outros valores estarão em crise. A ameaça não se cingirá a nós. Tutela que não a da lei, interesses que não os do povo avançam contra a Nação".

CONSELHO

Ao fazer um balanço da atividade legislativa, o líder da Oposição no Senado, Sr Franco Montoro, destacou entre as iniciativas políticas a proposta de modificação da estrutura e funcionamento do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, "infelizmente não aprovada pela Casa".

Disse o Sr Franco Montoro que o Senado se afirmou como "o gran-

de foro de debates dos problemas institucionais do país", pois nele se travaram "discussões de significação histórica para o encaminhamento do processo de nossa normalização institucional".

PROPOSTAS

— Vozes da Oposição e da Maioria aqui se fizeram ouvir, sempre com elevação, respeito e espírito público, propostas concretas foram formuladas para que o Senado, desempenhando a missão histórica de encaminhar a solução dos nossos problemas institucionais, encontre normas de direito público que assegurem a indispensável coexistência da democracia com a segurança nacional — declarou.

Segundo o Sr Franco Montoro, o Senado cumpriu também sua função fiscalizadora no campopolítico, "especialmente na defesa dos direitos e garantias constitucionais, com objetividade e espírito público, tendo sido denunciadas todas as violações de direitos humano que chegaram ao nosso conhecimento. E podemos testemunhar a disposição das maiores autoridades do país para por fim a tais excessos praticados em diferentes Estados, com violação dos preceitos constitucionais e da Declaração dos Direitos Humanos".

O parlamentar destacou ainda o movimento para maior participação parlamentar na elaboração do Orçamento, a fim de que ele corresponda aos anseios nacionais e às necessidades do povo. Para isso, disse, "a Oposição propôs que a Comissão Mista do Orçamento seja constituída no começo da sessão legislativa, a fim de que se abram perspectivas para melhor acompanhamento, estudo, análise, avaliação e elaboração orçamentária".